

## Introdução

O objetivo da tese de doutorado apresentada é desenvolver uma compreensão da evolução histórica dos conceitos de progresso e civilização e de sua relação, entre os anos de 1868 e 1906 na cidade do Rio de Janeiro.

Para tanto, em nível teórico, far-se-á uso da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, uma forma de fazer-se história tributária da teoria hermenêutica do filósofo Hans Georg Gadamer. Tal teoria compõe a escola de pensamento neo-romântica alemã<sup>1</sup>, crítica de alguns corolários do iluminismo, como a idéia de conhecimento científico aplicado à história.

Se forem tomadas como base as considerações de Aristóteles na ética a Nicômaco<sup>2</sup>, perceberemos que o filósofo distingue alguns tipos de saber, entre os quais se encontra a episteme. Não obstante esta ser apenas mais uma das formas de saber, a modernidade consagrou-a no século XVII, com Descartes, Bacon e Newton, como a forma de saber por excelência, o saber como conhecimento. Desde então, o saber-conhecimento, consolidado no século XIX como saber-científico se tornou hegemônico, sem fortes contestações de peso intelectual<sup>3</sup>, até fins do oitocentos com Nietzsche<sup>4</sup>.

Recorrendo à tradição Platônica, anterior à produção das categorias de Aristóteles, conhecer é essencialmente representar. A palavra portuguesa "representar" remonta ao latim "repraesentare", que significa

---

<sup>1</sup> A utilização que faço da expressão "neo-romântica" para designar uma escola intelectual alemã do século XX na qual sobressai a figura de Hans Georg Gadamer, é realizada com base no texto de Soares. Ver: Luís Eduardo Soares. *Hermenêutica: breve introdução*. In: *História e ciências humanas. Estudo histórico*. Rio de Janeiro: 1 (1), 1988, p. 11-69.

<sup>2</sup> Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Livro VI. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova cultural, 1996. P. 216-231.

<sup>3</sup> Podemos considerar que mesmo Dilthey, na sua tentativa de constituir um forma de saber própria às "ciências do espírito" recai na forma científica de produzir conhecimento. Sobre os limites gnoseológicos da obra de Dilthey, ver: Hans Georg Gadamer. *Extensão e limites da obra de Wilhem Dilthey*. P.27-38. In: Pierre Fruchon (org.). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>4</sup> Friedrich Nietzsche. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. In: \_\_\_\_\_. *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril cultural, 1983. P. 58-70.

apresentatar de novo, re-apresentar<sup>5</sup>, o que supõe reapresentar a coisa a luz da idéia, de uma posição, ou seja, de uma categoria. A noção de representação passa portanto pela idéia de totalização da singularidade daquilo que se quer conhecer pela via do conceito. Este processo é realizado pela intermediação fundamental do método, palavra que tem sua origem no grego “meta-odós”, que significa aquilo que vem após o caminho da experiência que, para Platão, consiste justamente na re-presentação que visa buscar a essência daquilo que se experimentou fora da coisa mesma. Portanto, para o saber-conhecimento, o método é a etapa necessária após a experiência com o que se deseja conhecer, que busca conhecer seu objeto fora da singularidade dele mesmo, na totalização das categorias.

O conhecimento científico é a forma de saber por excelência da modernidade, entendido por esta como a possibilidade de produzir saber. Tal saber, como se via, consiste fundamentalmente em representar aquilo que se interroga pela via das categorias, no uso do método. Em acréscimo, municiado de tais instrumentos, o saber-conhecimento busca ainda a objetividade na produção do discurso sobre o que se deseja conhecer, a fim de melhor representar aquilo que está sendo interrogado. Conhecer, supõe “objetificar” aquilo que se procura entender. Para o saber-conhecimento, todo saber deve ser um saber objetivo, ou seja, "objetificante", a fim de que a representação constitua-se como monólogo do sujeito que se investe da crença na tangibilidade da essência daquilo sobre o qual se busca produzir saber.

A idéia de compreensão nos remete a uma nova forma de saber que busca a abertura ao outro, a singularidade daquilo com que se confronta o estudioso. Compreender supõe buscar compreender-se no outro, visando que se pense as possibilidades presentes no fato e não somente uma suposta essência supratemporal contida no fato.<sup>6</sup>

Assim, compreender supõe uma relação hermenêutica possibilitada pela tradição e desenvolvida pelo jogo de sentido jogado pelo intérprete e pela

---

<sup>5</sup> Cf. Francisco J. C. Falcon. História e representação. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 1998 (mimeo.). p. 1.

<sup>6</sup> Tecemos nossas considerações teóricas partindo da ontologia de Heidegger, para o qual a essência do ser é o tempo. Ver: Martin Heidegger. Ser e tempo. Petrópolis, Vozes, 1997. 2 v.

coisa que se pretende compreender, um jogo mediado pela história do efeito<sup>7</sup> e atuado de maneira dialógica entre distintas situações no interior de uma tradição<sup>8</sup>.

A compreensão, ao contrário do conhecimento, não prescinde dos pré-conceitos<sup>9</sup>. De maneira distinta, toma-os como inerentes ao processo compreensivo, que tem como característica fundamental o reconhecimento das singularidades das partes implicadas no diálogo pela consciência histórica da historicidade de ambas.<sup>10</sup> Compreender supõe, portanto, reconhecer o estatuto da historicidade, a dimensão de pertencimento<sup>11</sup>, a fim de demarcar o caráter singular de si mesmo e daquilo que se busca compreender. Portanto, toda compreensão supõe uma relação entre sujeitos que, longe de se anularem-se ou anular o outro, afirmam sua condição de sujeito no exercício da compreensão.

A busca dialógica da singularidade do outro é permeada pela tradição, que perpassa tanto o historiador quanto a coisa mesma que este investiga. A tradição condiciona a consciência histórica, que não pode ser vista como algo radicalmente novo, mas como um momento novo em relação ao passado<sup>12</sup>. Ela é, portanto, o elemento que une passado e presente, tornando o ato de compreender um compreender-se em um acontecimento da tradição.

Como já mencionamos, compreender é demarcar as singularidades dadas pelo pertencimento. Assim, compreender consiste na interpretação do sentido daquilo que se interroga e do sentido próprio do intérprete, ambos vistos no interior da tradição. No entanto, a tradição não pode ser vista como algo supra-subjetivo, força açambarcadora das individualidades. Todo ser que se encontra na tradição é um ser situado, tem uma situação no interior desta, seja ele o intérprete ou a coisa a qual se busca interpretar. Deste modo, a

---

<sup>7</sup> Sobre o conceito de "história do efeito em Gadamer, ver: Hans Georg Gadamer. Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, Vozes, 1998. P. 449-458.

<sup>8</sup> O conceito de tradição a que me refiro é de Gadamer. Ver: Hans Georg Gadamer. Verdade e Método. Op. cit. cit. p. 416-428.

<sup>9</sup> Ibidem. p. 400-416.

<sup>10</sup> Ibidem. p. 416-532.

<sup>11</sup> Cf. Hans Georg Gadamer. Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica. In: Pierre Fruchon. Op. cit. P. 67.

tradição não provoca uma amalgama dos sujeitos que participam do processo de compreensão histórica, mas os engloba, sem eliminá-los.

A tradição não nega a possibilidade de mudança na História, mas a condiciona como um desenvolver-se, um desabrochar no interior de si mesma, implicando que o novo constitui-se sempre nos seus quadros<sup>13</sup>, não obstante vir a obter uma nova situação no interior desta.

Uma compreensão hermenêutica consiste, portanto, em reconhecer as diferenças fundamentais ditadas pela situação dos sujeitos, bem como a possibilidade de diálogo que é dada pela inserção de ambos em uma tradição comum, elemento que os vincula afirmando, paradoxalmente, sua identidade e suas diferenças.

A busca do sentido de acontecimentos históricos, no entanto, não se deve restringir ao recurso da exegese<sup>14</sup>. A produção de uma história dos conceitos deve estar para além de uma história da língua<sup>15</sup>. Ela deve ser articulada a uma história social e política dentro das quais a evolução dos conceitos deve ser vista como índice e sujeito da produção da realidade política e social de uma época<sup>16</sup>.

Fazer uma história dos conceitos é, portanto, uma tarefa para além de fazer-se uma história das palavras, embora a primeira não prescindia da última e dos préstimos da filologia. A palavra é mero significante, enquanto o conceito é significação.<sup>17</sup> O conceito é mais que uma palavra, embora encontre-se nela referenciado, ele é um conjunto de significações e experiências políticas e sociais que se encontra para além do caráter unívoco do termo, sendo, portanto, algo fundamentalmente polissêmico.<sup>18</sup> Assim, uma

---

<sup>12</sup> Cf. Luís Eduardo Soares. *Hermenêutica: breve introdução*. Op. cit. cit. p. 37.

<sup>13</sup> Cf. Reinhart Koselleck. *L'Expérience de L'Histoire*. Paris: Gallimard, 1997. P. 81.

<sup>14</sup> Cf. Reinhart Koselleck. *Le Futur Passé: Contribution à la Sémantique des Temps Historiques*. Paris: Éd. De L'Ecole des hautes étudesmen sciences sociales, 1990. P. 99.

<sup>15</sup> Cf. Reinhart Koselleck. *Some Reflections on the Temporal Structure of Coceptual Change*. In: Willen, Melching and Velema Wyger. *Main Trends in Cultural History*. Amsterdam/ Atlanta.: Rodopi, 1994.

<sup>16</sup> Reinhart Koselleck. *Le Futur Passé: Contribution à la Sémantique des Temps Historiques* Op. cit. p. 110.

<sup>17</sup> *Ibidem*. p. 109.

<sup>18</sup> *Ibem*.

história dos conceitos não se deve restringir ao plano semiológico, devendo tomar como referência, para além deste, dados relativos à história política, econômica, social e cultural de uma dada sociedade<sup>19</sup>.

A história dos conceitos joga um papel fundamental na produção historiográfica da história política e/ou social, pois o conceito atua fechando e abrindo horizontes<sup>20</sup>, agindo assim incisivamente sobre o processo de constituição das dimensões social e política de uma sociedade. Ela ilumina ainda os níveis de mudança e permanência no campo ideológico, podendo servir como um instrumento privilegiado na constituição de uma história social das idéias, sobretudo quando esta propõe-se compreender a evolução das idéias em um determinado período de tempo, vinculando tal evolução aos acontecimentos da história política e social, como é o caso desta tese.

Com abordagens distintas, a historiografia brasileira produziu algumas obras sobre a idéia de progresso no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. Neste campo de produção historiográfica, pode-se destacar quatro obras, a saber: *Ordem e progresso*, de Gilberto Freyre<sup>21</sup>; *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*, de Iraci Galvão Salles<sup>22</sup>; *A euforia do progresso e a imposição da ordem*, de Maria Inez Turazzi<sup>23</sup> e *As vitrines do progresso*, de Margarida de Souza Neves<sup>24</sup>, este último um relatório de pesquisa destinado à Finep.

O primeiro trabalho sobre a idéia de progresso surgido na historiografia brasileira foi *Ordem e progresso*, obra escrita em 1957. Este trabalho, um estudo histórico e antropológico de Gilberto Freyre, tornou-se o marco pioneiro da historiografia sobre a idéia de progresso no Brasil. A

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 111.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 110.

<sup>21</sup> Gilberto Freyre. *Ordem e Progresso. Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2 v.

<sup>22</sup> Iraci Galvão Salles. *Trabalho, Progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

<sup>23</sup> Maria Inez Turazzi. *A euforia do progresso e a imposição da ordem. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

<sup>24</sup> Margarida de Souza Neves. *As Vitrines do progresso. O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: a formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa da Puc-rio à FINEP, 1986.

perspectiva que orienta o trabalho do autor, indicada no título da obra, é a de relacionar as idéias de ordem e progresso, demonstrando a embricação estabelecida entre estas no Brasil do período de 1870 a 1930. Para isto, Freyre lançou mão de um trabalho extenso de história oral e de base documental, no qual buscou distinguir as concepções de ordem e progresso presentes na Monarquia e na República, bem como pensar diversas matizes da relação entre ordem e progresso em fins do Império e na República Velha.

O trabalho de Freyre, para além de ser pioneiro no trato da questão do progresso, viria a consagrar a relação entre as idéias de ordem e progresso na historiografia brasileira. Esta, após o célebre trabalho de Freyre, não ousou desvincular as análises sobre a idéia de progresso daquela de ordem, constituindo um verdadeiro padrão de análise estabelecido pela obra do antropólogo pernambucano, que teve a sua relação fundamental reafirmada nas demais obras da historiografia sobre o assunto.

Outra obra que analisou a questão do progresso no plano ideológico foi *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*, de Iraci Galvão Salles. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado em história na USP em 1981 e posteriormente publicada sob a forma de livro, este trabalho foi uma tentativa de aplicar o modelo de análise de Freyre - que relaciona ordem e progresso - às idéias políticas da elite cafeeicultora paulista no final do Império e no início da República.

O trabalho de Salles abrange a perspectiva ideológica da elite cafeeicultora paulista desde a Convenção de Itu, realizada em 1873, até o enfrentamento da problemática da mão-de-obra livre por este setor da elite brasileira, no qual se coloca o principal foco de análise de seu livro. A proposta de trabalho de Salles é esquadrihar o projeto político dos republicanos paulistas que emergiria com a tentativa de enfrentar o desafio do controle ideológico da mão de obra livre. Tal projeto tinha como elementos fundamentais as noções de ordem e progresso.

Segundo a autora, a idéia de ordem defendida pela elite política representante da cafeeicultura paulista seria uma decorrência da necessidade de controle da mão de obra livre que se desenvolvia no oeste paulista em substituição do braço escravo. Tal idéia seria o elemento central no controle ideológico desta classe sobre os trabalhadores livres, imigrantes e ex-escravos.

A noção de progresso no ideário da elite paulista foi percebida como decorrência do próprio processo social de produção. A idéia de progresso cumpriria o papel de dotar o trabalho, antes signo de escravidão, de uma qualidade: a de fator de enriquecimento. Assim, a elite cafeicultora paulista referendaria a si mesma como a classe progressista por excelência, a mais rica da sociedade, posto que, segundo buscavam fazer crer, a mais laboriosa.

A fórmula da ordem como pré-requisito ao desenvolvimento do progresso, consagrada por Gilberto Freyre em *Ordem e progresso*, é reiterada neste trabalho para o qual ambas as noções foram desenvolvidas pela elite cafeicultora paulista como resposta ao desafio de controle do trabalho livre proposto pela abolição da escravidão e o crescimento da imigração.

Apresentada em 1986 sob a forma de relatório de pesquisa, *As vitrines do progresso*, de Margarida de Souza Neves constituiu uma referência para os estudos sobre a ideologia do progresso no Brasil entre fins do século XIX e o início do século XX. Sua pesquisa, circunscrita ao Rio de Janeiro, procura discutir conceitos como o de moderno e trabalho, buscando compreendê-los nas idéias de ordem e progresso da época em questão. Para tanto, a autora reitera o modelo de análise de Gilberto Freyre, que pensa o embricamento das idéias de ordem e progresso, tendo a primeira como pré-requisito da última.

Se o livro de Iraci Salles buscou desvelar a ideologia que associava ordem e progresso como instrumento de dominação da elite cafeicultora paulista, o trabalho de Margarida Neves buscou o mesmo intento focalizando a elite política que comandou o país através do poder central na cidade do Rio de Janeiro. A análise de Neves é pautada nas exposições universais e nas similares nacionais, que surgiram como uma tentativa das elites brasileiras de fazer com que o nível do progresso do país atingisse ao patamar, considerado elevado, do progresso dos países da Europa e da América do Norte.

Através da análise da documentação produzida sobre as exposições nacionais, Neves mostra como a República utilizou-se das idéias de ordem e progresso para afirmar-se como o regime do "moderno" e do "dinâmico", em oposição ao "antigo" e ao "atraso", que buscavam associar ao Império, entre uma série de outras significações que as elites republicanas buscaram associar com o regime que sucedera.

Por fim, em 1989, foi publicado o livro *A euforia do progresso e a imposição da ordem*, decorrente da dissertação de mestrado de Maria Inez Turazzi, defendida em março de 1987 pela COPPE/UFRJ sob o título de *Trave do mando*. O trabalho de Turazzi tem como foco a idéia de progresso a partir da ótica dos industriais do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles ligados ao Clube de Engenharia. Seu livro privilegia a relação de tensão estabelecida entre capital e trabalho no setor industrial na virada do século XIX para o século XX e procura desvelar como as idéias de ordem e progresso são utilizadas para atenuar a violência inerente a esta relação e proporcionar a desejada submissão do trabalho à lógica dominadora do capital.

No entender de Turazzi - que também se utiliza do modelo de análise da idéia de progresso estabelecido por Gilberto Freyre - a relação entre as noções de ordem e de progresso foi dada pelo pensamento positivista que, segundo a autora, teria influenciado fortemente a elite brasileira. No entender da autora, a idéia de progresso seria um instrumento de dominação de uma classe social sobre a classe que lhe era antagônica, no caso, os industriais sobre os operários.

A idéia de ordem viria a sustentar a idéia de progresso, sendo a sua condição. Ambas as idéias cumpririam o papel de ordenar as relações de trabalho industriais no âmbito do capitalismo emergente com o fim da escravidão e o estabelecimento da República.

A historiografia brasileira sobre a idéia de progresso produzida nos anos 80 discutiu a questão do progresso dentro da referência de análise criada por Gilberto Freyre nos anos 50, que vinculou o estudo da idéia de progresso com aquela de ordem, constituindo assim um paradigma que condicionou a análise sobre a questão. Esta historiografia buscou discutir o progresso como ideologia de dominação de setores da elite brasileira, percebendo-a como instrumento político de manutenção do poder desta, para a qual a ordem seria condição *sine qua non* do progresso.

A historiografia brasileira dos anos 80 que discutiu a idéia de progresso na passagem do século XIX para o século XX respondia à experiência histórica da sociedade brasileira com a ditadura militar, que deixava o poder nesta década. Sem admitir o contraditório, os militares brasileiros fizeram ecoar durante décadas o discurso da ordem e do progresso,

uma ideologia que - como bem apontou esta historiografia - herdaram das elites brasileiras de fins do século XIX. Decadente desde o início dos anos 80 e encontrando o seu ocaso em meados desta década, a ditadura militar defrontou-se com a resposta de intelectuais brasileiros ao silêncio impingido ao longo de anos de submetimento político e propaganda ideológica autoritária. A obra *Ordem e progresso* de Gilberto Freyre foi a fonte que inspirou esta resposta.

A presente tese de doutorado foi produzida com uma abordagem diferente daquela utilizada pela historiografia brasileira sobre a idéia de progresso produzida nos anos 80. De maneira distinta desta historiografia, o presente trabalho não se propõe a discutir a idéia de progresso como ideologia de dominação da elite brasileira - embora considere que ela também apresentou esta dimensão. A perspectiva deste trabalho é pensar o progresso como conceito.

Contudo, esta tese não se propõe apenas a discutir o conceito de progresso, ela visa também fazer o mesmo com o conceito de civilização. Progresso e civilização são duas idéias amplas, que foram amplamente analisadas pela historiografia brasileira que trabalhou o período de 1870 a 1930. No entanto, percebe-se na historiografia brasileira que tratou deste período uma associação destes conceitos que obscureceu mais do que esclareceu a especificidade de cada um deles. Não raro foram os trabalhos que assimilaram a idéia de civilização à noção de progresso<sup>25</sup>, um movimento de dilatação conceitual desta última que acabou esvaziando a idéia de civilização.

Assim, buscando conferir uma maior especificidade a cada um destes conceitos, esta tese pensa o conceito de progresso e o de civilização. No entanto, em virtude da relação estabelecida por estes conceitos nos campos das idéias, julga-se importante pensá-los de maneira relacional. Ou seja, pensar não só a evolução dos conceitos de progresso e civilização, cada um deles, no período entre 1868 e 1906, como também buscar compreender a evolução da relação estabelecida entre estas idéias neste período. Isto será feito através da

---

<sup>25</sup> Entre estas obras podemos citar, entre outras, duas das já mencionadas. Ver: Iraci Galvão Salles. Op. cit. e Maria Inez Turazzi. Op. cit. Turazzi chega mesmo a mencionar a idéia de progresso como "versão prática do conceito homólogo de civilização". Ver: Turazzi. Op. cit. p. 48.

análise dos conceitos de progresso e de civilização privilegiando os textos de dicionários, da imprensa e da elite política, sobretudo aqueles da elite dirigente.

As noções de progresso e civilização mantiveram entre si uma relação hierárquica, em uma lógica de subsunção, na qual uma noção encontra-se compreendida na outra que, dominante, apresenta-se como valor maior a ser atingido. Esta relação hierárquica, operada na esfera moral<sup>26</sup> de uma sociedade, modifica-se com a sucessão das experiências históricas<sup>27</sup>, conferindo ora a uma idéia a primazia nesta relação, ora a outra.

Nas pesquisas, percebe-se que a idéia de civilização compreendeu em si a idéia de progresso nas duas últimas décadas do período imperial, ao passo que na República, foi a idéia de progresso, cada vez mais percebida como desenvolvimento material, quem submeteu à sua lógica própria a idéia de civilização.

O trabalho de pesquisa abrangeu documentações de diversas naturezas, como a evolução dos verbetes "progresso" e "civilização" em diversas edições de dicionários; jornais; revistas; fotografias; plantas urbanas; projetos de reforma urbana; charges; discursos de chefes de Estado, como as Falas do Trono e as Mensagens do Presidente; as Mensagens do Prefeito; os Anais do parlamento brasileiro; Atas do Conselho de Estado; documentos de associações profissionais como a Revista do Clube de Engenharia e as atas das reuniões desta mesma instituição; cartas do arquivo pessoal de Pereira Passos e uma obra literária, o romance *O encilhamento*, do Visconde de Taunay. A medida em que as questões foram apresentando-se, utilizou-se também de fontes bibliográficas, a fim de conferir um maior suporte à argumentação.

Ao analisar documentos textuais, optei por colocar em negrito as palavras progresso, civilização e suas congêneres, a fim de realçar o significativo do conceito para propiciar ao leitor uma maior atenção à sua relação com o significado - dinâmico e sensível às diversas experiências históricas - que se pretende compreender. Também coloquei em negrito os vocábulos que serão expostos como verbete de dicionário, a fim de melhor

---

<sup>26</sup> Entendo por "esfera moral" o campo relativo aos valores predominantes em uma sociedade.

<sup>27</sup> Por experiências históricas entendo o conjunto de experiências vivenciadas no âmbito social, político, econômico e cultural em uma dada sociedade ao longo do tempo.

situar o leitor quanto ao que está sendo analisado. No mais, ressalto que todos os negritos presentes nos textos citados da documentação são de minha autoria.

Quanto à estrutura que organiza o desenvolvimento da tese, optei por dividi-la em três capítulos. O capítulo I mostra a evolução dos conceitos de progresso e civilização através de várias edições do dicionário Moraes e busca notar, fazendo uso de outras fontes documentais, como estes conceitos foram delineados nas duas últimas décadas do Império, a partir de uma série de experiências históricas vividas neste período na cidade do Rio de Janeiro. O capítulo evidencia também como se estabeleceu a relação de subsunção entre as idéias de progresso e civilização neste período.

O capítulo II encontra-se dividido em duas partes. A primeira trata das experiências históricas vivenciadas no período republicano que somaram para a reordenação do eixo da relação entre as idéias de progresso e civilização. No âmbito destas experiências, destaca-se a reestruturação da ordem política brasileira com a instauração da República, as diversas crises que decorreram deste fato e a mudança de alguns aspectos da relação entre o Estado e a sociedade no novo regime. Também se destaca a experiência do encilhamento na cidade do Rio de Janeiro para o reordenamento da relação de subsunção entre as idéias de progresso e de civilização.

Na segunda parte deste capítulo, é escrita uma biografia de Francisco Pereira Passos, o Prefeito do Rio de Janeiro durante a Grande Reforma Urbana de 1903-1906 e um de seus principais agentes. A opção pelo uso da biografia e de súmulas biográficas, que se vão apresentando ao longo da tese, busca a coerência com a referência teórica que pauta este trabalho, na qual os atores políticos merecem destaque, não se encontrando subsumidos as estruturas sem, contudo, sobreporem-se a elas. Indivíduo e sociedade mantêm uma relação dialética de produção mútua.

No último capítulo, é estabelecida uma interpretação da Grande Reforma Urbana de 1903-1906, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. A escolha deste fato deve-se a sua característica peculiar de abrigar em si duas distintas, embora não conflitantes, reformas urbanas. Uma, realizada pelo Governo Federal, através do Presidente Rodrigues Alves, que tomou a idéia de progresso como valor máximo. Outra, empreendida pelo Governo Municipal, através do Prefeito Pereira Passos, que tributou à idéia de civilização o valor

maior de sua reforma. A convivência destas duas ações representou mais do que a coexistência de duas reformas urbanas, ela expressou a convivência de duas temporalidades<sup>28</sup> distintas sob um mesmo tempo, uma atinente ao processo de modernização que a República buscava empreender, outra tributária da tradição imperial. Assim, a Grande Reforma Urbana de 1903-1906 realizada no Rio de Janeiro manifestou em sua ação urbanística os dois eixos de relação entre as idéias de progresso e civilização, um pertencente à República, outro pertinente ao Império.

Nesta tese, optou-se por privilegiar a categoria dos engenheiros, pois estes profissionais, organizados em torno do Clube de Engenharia desde 1880, jogaram um papel destacado no planejamento e execução da Grande Reforma Urbana de 1903-1906. Por isto também, opta-se por privilegiar o material documental produzido pelo Clube de Engenharia, pois foi esta instituição quem agregou os principais agentes mentores e executores da Grande Reforma Urbana de 1903-1906. A esta pesquisa não interessava tanto analisar os engenheiros em si, mas sim estes enquanto profissionais organizados em uma corporação que, desde o governo de Campos Sales, passaram a manter uma relação mais estreita com o Estado.

Fizemos opção por deixar de lado a análise dos médicos enquanto corporação, pois estes, embora houvessem participado da Grande Reforma Urbana de 1903-1906, tiveram um papel de menor importância enquanto corporação no desenvolvimento do conceito de progresso e civilização relativamente aos engenheiros.

A escolha do corte cronológico (1868-1906) tem como pontos de referência a crise parlamentar de 1868, geratriz da cisão de parte dos membros do partido liberal com a Monarquia e o fim da Grande Reforma Urbana de 1903-1906. Sem dúvida, estas referências não podem ser rigidamente tomadas, são antes símbolos eleitos para delimitar um conjunto de transformações do que propriamente acontecimentos que galvanizam os fenômenos atinentes ao início e fim exatos de um período.

---

<sup>28</sup> O conceito de temporalidade de que ora me utilizo é de Braudel. Ver: Fernand Braudel. História e Ciências Sociais. A Longa duração. In: \_\_\_\_\_. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. P. 41-78.

Enfim, a perspectiva que perpassa os três capítulos desta tese é a de compreender os conceitos de progresso e civilização e a relação mantida entre eles no Rio de Janeiro das últimas décadas do período monárquico, durante a primeira década da República e na Grande Reforma Urbana de 1903-1906, na qual distintos padrões de relacionamento entre as idéias de progresso e civilização fizeram-se presentes.